



L I D O  
Em 11/03/14  
Assessoria de Plenário

## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### MENSAGEM

Nº 59 /2014-GAG

Brasília, 06 de março de 2014

### Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o **Projeto de Lei nº 379/2011**, que *dispõe sobre o reconhecimento de diplomas de pós-graduação strictu sensu, obtidos em países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em Portugal e nos demais países com os quais o Brasil mantém acordos e tratados na área da educação.*

### MOTIVOS DE VETO

Embora louvável, a proposta legislativa não pôde contar com a aquiescência do Poder Executivo, porque encontra óbices na Constituição Federal (art. 22, XXIV).

Com efeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.394, de 20/12/1996) exige a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras (art. 48, § 2º) e o reconhecimento por universidades nacionais de diplomas de mestrado ou doutorado expedidos por universidades estrangeiras (art. 48, § 3º), e isso impede o Distrito Federal de dispor de forma diversa, tal como pretende a proposição ora vetada.

Por essas razões, apus o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 379/2011** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**AGNELO QUEIROZ**  
Governador

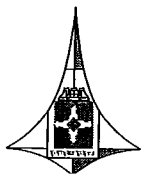
A Sua Excelência o Senhor

**DEPUTADO WASNY DE ROURE**

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

07Mar2014 15:53  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



(Autoria do Projeto: Deputada Luzia de Paula)

*Nota total  
Aprovado*

**Dispõe sobre o reconhecimento de diplomas de pós-graduação *strictu sensu*, obtidos em países integrantes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em Portugal e nos demais países com os quais o Brasil mantém acordos e tratados na área da educação.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** É vedado aos Poderes do Distrito Federal negar efeito aos títulos de pós-graduação *strictu sensu* presenciais – mestrado e doutorado regulamentados em seus países de origem obtidos junto a instituições de ensino superior devidamente legalizadas nos países membros do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em Portugal e nos demais países com os quais o Brasil mantém acordos e tratados na área da educação, quando destinados à docência e à pesquisa nas instituições distritais de ensino superior.

§ 1º A vedação prevista neste artigo é aplicada nos seguintes casos:

I – concessão de progressão funcional por titulação;

II – gratificação por titulação;

III – concessão de benefícios legais decorrentes da obtenção de titulação.

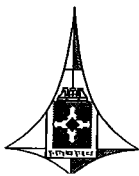
§ 2º O direito gerado a partir da data de vigência desta Lei não abrange os títulos obtidos por meio de ensino a distância, mesmo que em território dos países previstos no *caput* deste artigo.

§ 3º Os editais de concursos públicos realizados pelo Distrito Federal para seleção de docentes e pesquisadores não podem conter exigências que firam o disposto nesta Lei.

**Art. 2º** São nulas de pleno direito as exigências de revalidação que causem prejuízos aos detentores de títulos obtidos em instituições de ensino superior dos países membros do MERCOSUL, de Portugal e dos demais países com os quais o Brasil mantém acordos e tratados na área da educação em face daqueles equivalentes obtidos no Brasil, quando o tratamento caracterize obstáculo ao exercício da docência e da pesquisa ou quando da seleção para o ingresso nessas carreiras, na Administração Pública do Distrito Federal.

**Art. 3º** Os diplomas de pós-graduação *strictu sensu* presenciais devidamente regulamentados nos países do MERCOSUL, em Portugal e nos demais países com os quais o Brasil mantém acordos e tratados na área da educação oriundos de instituições de reconhecida excelência acadêmica internacional podem ter revalidação ou reconhecimento automático para outros fins, além de docência.

**Art. 4º** O Poder executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.



# **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 07 de fevereiro de 2014

**DEPUTADO AGACIEL MAIA**

*Vice-Presidente no exercício da Presidência*